

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

<b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>	<b>2</b>
Título: Fusão leva Eneva a criar gigante nacional .....	2
Título: Proposta anima mercado e ações sobem na B3 .....	4
Título: Odebrecht deverá ficar com 10% da venda do grupo sucroalcooleiro .....	5
Título: A transição para os carros elétricos e caminhões a gás .....	7
Título: Senado analisa MP que muda regras de crédito agrário .....	9
Título: Destaques .....	10
<b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>	<b>11</b>
Título: Tecnologia brasileira para mudar o mundo.....	11
Título: Com R\$ 2 bi, Votorantim e fundo investem em eólicas .....	13
Título: Ignorância e cumplicidade .....	14
<b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>	<b>15</b>
Título: Alemã de 19 anos é aclamada pela direita como a anti-Greta' .....	15
Título: Brasil fica isolado em reunião da ONU sobre biodiversidade.....	18
Título: Navio encalhado no MA está estável, diz Ibama .....	19
<b>VEÍCULO: O Globo.....</b>	<b>20</b>
Título: Banco investe em energia solar .....	20

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 03/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e de São Paulo****Título: Fusão leva Eneva a criar gigante nacional**

A proposta de combinação de negócios feita no domingo pela Eneva, que envolve a incorporação da AES Tietê, tem potencial para criar uma das maiores geradoras privada de energia de capital predominantemente nacional no mercado elétrico brasileiro. O objetivo da geradora termelétrica é replicar o perfil de governança na nova empresa a ser criada, com capital pulverizado e sem controladores definidos.

“No fundo, [se aprovada a operação] passamos a ser, em conjunto, a segunda maior empresa [geradora de energia] privada listada em bolsa [atrás da Engie Brasil Energia, controlada pela francesa Engie], mas talvez a maior empresa de capital nacional”, disse o presidente da Eneva, Pedro Zinner, ao **Valor**. “Isso consolida o posicionamento de uma empresa brasileira em um setor importante que é o setor de energia brasileiro.”

Com relação à governança, o executivo explicou que a ideia é consolidar o conceito de “true corporation”, empresa sem controladores e sem acordo de acionistas. “O que existe são alguns acionistas ‘âncora’ que detêm participações relevantes dentro da companhia. E a ideia é caminhar cada vez mais nesse sentido, visando sempre maximizar valor aos acionistas”, disse.

Conforme informado ontem pelo **Valor**, se a proposta for aprovada pelas assembleias de acionistas das duas empresas nas condições atuais, o fundo Cambuhy Investimentos (da família Moreira Salles) e o BTG Pactual terão 17,8%, cada um, da nova companhia. A AES Corporation terá 5,5%, o BNDES, 6,5% e a Eletrobras, 1,8%.

O novo modelo de governança vai viabilizar inclusive uma potencial redução de participação ou uma eventual saída do BNDES e do grupo americano da empresa no futuro. Na prática, na nova companhia, as duas instituições poderão vender as ações a qualquer momento no mercado.

A operação proposta no último domingo era estudada pela Eneva há cerca de um ano. Do ponto de vista energético, o negócio faz sentido e se justifica pela complementaridade dos portfólios das duas empresas e pela mitigação de riscos na gestão dos ativos. A Eneva é a maior geradora termelétrica privada do país, com 2,8 mil megawatts (MW) de capacidade, sendo 2,2 mil MW em operação e o restante em implantação até 2024. A AES Tietê possui cerca de 3,4 mil MW,

dos quais 80% a partir de hidrelétricas e o restante em projetos de fontes eólica e solar.

Segundo Zinner, a nova companhia terá mais previsibilidade de fluxo de caixa e melhor gestão de risco. Em geral, as hidrelétricas geram mais energia no primeiro semestre, durante o período úmido, enquanto as térmicas são mais acionadas na segunda metade do ano, no período seco.

A proposta da Eneva, no valor de R\$ 6,6 bilhões, prevê pagamento de 60% em ações da geradora e 40% em dinheiro. Para a parcela a ser paga em dinheiro, o diretor de Finanças, Marcelo Habibe, disse que a empresa prevê financiar parte desse montante.

“A empresa tem um balanço forte, tem dinheiro em caixa, mas pretendemos, para esta parcela de R\$ 2,5 bilhões, levantar uma parte de dívida e uma parte com capital próprio”, disse o executivo. “O momento atual do mercado de dívida no Brasil, com juros na mínima histórica e o interesse dos investidores de dívida bastante elevado, é muito propício.”

Ainda em âmbito financeiro, Zinner destacou que, combinadas, as duas companhias têm maior potencial de investimentos adicionais, por meio de um balanço mais robusto e uma maior capacidade financeira. A estratégia, explicou o executivo, é continuar investindo em termelétricas a gás e também em projetos de fontes renováveis. A própria Eneva possui em carteira 800 MW de projetos eólicos para serem desenvolvidos.

A operação anunciada esta semana guarda algumas semelhanças com a incorporação feita pela Eneva da sua subsidiária Parnaíba Gás Natural (PGN), exploradora e produtora de gás natural, em 2016. “Eram duas empresas que tinham negócios que não eram complementares, eram umbilicalmente conectados. E grande parte da sinergia no processo de fusão das duas empresas veio exatamente de como melhoramos processos e mecanismos de gestão e o aprimoramento de uma estrutura com governança mais rígida. Isso gera um efeito multiplicador que gera valor”, afirmou Zinner.

Procurada pelo **Valor**, a AES Tietê informou, em nota, que analisará a proposta da Eneva. “A AES Tietê esclarece que recebeu na noite de ontem [domingo] proposta enviada pela Eneva S.A e que a administração analisará o seu conteúdo de forma detalhada, mantendo o mercado informado sobre eventuais desdobramentos.”

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 03/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Proposta anima mercado e ações sobem na B3**

Com potencial para criar a segunda maior geradora de energia de capital privado do país, o negócio proposto pela Eneva à AES Tietê foi bem recebido pelo mercado. Durante o pregão de ontem, as units e ações preferenciais da AES Tietê chegaram a subir mais de 20%, atingindo a maior cotação já registrada.

Na visão de quem acompanha o setor, ao combinarem seus ativos, as empresas contariam com um parque gerador complementar e mais diversificado, capaz de mitigar riscos que carregam em seus portfólios atuais.

Para o Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, a união do perfil da Eneva, formado basicamente por usinas termelétricas, com o da AES Tietê, concentrado em hidrelétricas, é um “casamento perfeito”. Isso porque as térmicas são acionadas principalmente quando há menor incidência de chuvas, situação que afeta a geração das hidrelétricas. “Esses processos de concentrações e fusões buscam dar mais eficiência aos grupos vis-à-vis as características do setor elétrico brasileiro”, afirmou o coordenador do Gesel/UFRJ, Nivalde de Castro.

Sob a ótica financeira, o Bradesco BBI calcula que a taxa interna de retorno (IRR, na sigla em inglês) da operação seria de 5,9%, considerada “boa” para ambos os lados. Os analistas do banco afirmam que o retorno estimado, desconsiderando sinergias, está significativamente acima do atual IRR da Eneva, prejudicado por sua alocação de capital. Já do lado da AES Tietê, eles observam que a maioria das concessões de hidrelétricas da companhia vencem em 2029, e não será possível manter o atual nível de retorno dos dividendos.

Apesar de fazer sentido como estratégia de negócios, há dúvidas se os termos da transação são atrativos o suficiente para que a controladora da AES Tietê, a americana AES Corporation, mude seu foco no Brasil. Quando vendeu o controle da antiga Eletropaulo para a Enel, a companhia saiu da área de distribuição para se concentrar em geração a partir de fontes limpas e renováveis - o que não incluiria termelétricas, principais ativos da Eneva.

Ao divulgar seus resultados do ano passado, na semana passada, a AES Corporation anunciou a intenção de acelerar seu processo de descarbonização. A ideia é reduzir a geração de energia a partir do carvão para abaixo de 30% do

total até o fim de 2020 e para níveis inferiores a 10% até 2030. Além disso, a americana tem a meta de praticamente triplicar seu portfólio renovável até o fim de 2024, alcançando 22 gigawatts (GW).

“A transação vem num bom momento, já que enxergamos espaço para consolidação no setor, mas o preço pode não ser atrativo para que a AES mude sua estratégia no Brasil”, avaliam os analistas Kaique Vasconcellos e Daniel Travitzky, do Safra. Além de os investimentos em exploração e produção (E&P) de gás natural e as térmicas a carvão destoarem do discurso da AES, a equipe do banco questiona se a americana aceitaria ter uma posição minoritária na potencial nova empresa, já que ela deixaria de consolidar as operações brasileiras em seu balanço.

Se o negócio seguir em frente, a AES Corporation deteria apenas 5,5% do total das ações votantes da companhia resultante da operação - hoje, a americana detém 24,35% do total de ações da AES Tietê e 61,6% dos papéis com direito a voto.

O Bradesco BBI também aponta que alguns acionistas da AES Tietê poderiam exigir um valor maior por suas ações, argumentando que o lucro líquido da companhia entre 2020 e 2021 deve ficar entre R\$ 500 milhões e R\$ 550 milhões, resultando em rendimento de dividendos de 7% a 8% no período, considerando o preço oferecido pela Eneva.

A transação prevê uma troca de ações de 0,2305 ação da Eneva para cada unit da AES Tietê e um pagamento de R\$ 2,75 bilhões aos acionistas da empresa.

Em reação à proposta, as units da AES Tietê fecharam a sessão em alta de 23,60%, negociadas a R\$ 18,80, maior cotação de sua história. Já os papéis da Eneva valorizaram 8,44%, para R\$ 46,63. **(com Ivan Ryngelblum, de São Paulo, e Rodrigo Polito, do Rio)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 03/03/2020

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Graziella Valenti e Camila Souza Ramos — De São Paulo

**Título:** Odebrecht deverá ficar com 10% da venda do grupo sucroalcooleiro

### **Recursos serão usados na recuperação do conglomerado**

A Odebrecht deve ficar com 10% do valor que for atribuído à Atvos pelo seu capital. Esses recursos, porém, não ficarão com o grupo, mas serão usados na

recuperação judicial do conglomerado, ou seja, irão para os credores da controladora.

Do intervalo de valor estimado para Atvos, é preciso descontar a dívida, ou cerca de R\$ 5,5 bilhões, após a reestruturação. Tomando como base as estimativas da própria Odebrecht, haveria entre R\$ 2 bilhões e R\$ 7,5 bilhões para ser dividido entre os credores da dívida convertida em debênture de participação nos lucros (DPL).

As discussões para os acordos com os bancos credores de Odebrecht e Atvos estão avançadas. Ainda há um esforço para tentar aprovar os planos nas próximas assembleias de credores agendadas, para os dias 18 e 27, respectivamente. A RK Partners e o escritório de advocacia E. Munhoz assessoram o grupo nesse processo.

A dívida do conglomerado Odebrecht será reorganizada pela divisão da riqueza gerada pela venda dos principais ativos do grupo. Dos R\$ 98 bilhões listados no processo, R\$ 65 bilhões são com terceiros. Além da companhia sucroalcooleira, a petroquímica Braskem - joia da coroa do grupo - deve ser vendida em um prazo de até três anos, e outros negócios, com destaque para a empresa de operação de sondas de exploração de petróleo Ocyan e para a participação na Santo Antônio Energia, podem levar até cinco anos para a alienação.

O grupo planeja se reerguer a partir da revitalização da construtora, agora rebatizada como OEC, o que pode passar pela entrada de um sócio investidor.

Depois de Braskem, a Atvos é a controlada de maior valor da Odebrecht. Todo plano vinha sendo estruturado de forma que o grupo tenha o maior tempo possível à frente dos negócios, na tentativa de fazê-los aumentar de valor até as vendas.

Em sua vida após a Operação Lava-Jato, a Odebrecht obteve uma única linha de financiamento nova, de R\$ 2,6 bilhões, em 2018. Nesse período, em negociações privadas, os bancos conseguiram ampliar substancialmente a cobertura das dívidas antigas já contratadas com grupo. Conforme o **Valor** apurou, o conglomerado dava avais e garantias para R\$ 20 bilhões em 2015 e esse total superava R\$ 50 bilhões ao fim de 2018.

Nesse intervalo, os credores originais de Atvos conseguiram ganhar em garantia, na reorganização dos vencimentos da sucroalcooleira em 2016, todas as ações da Braskem. Credores do Peru e fundos de investimento ficaram com

70% da Atvos e a Ocyan está integralmente comprometida ao BNDES, desde a reestruturação da empresa em 2017.

A petroquímica precisa render ao menos R\$ 17 bilhões ao grupo - para cobrir dívidas e impostos pertinentes à transação. A Atvos, na visão da Odebrecht, teria potencial de trazer até R\$ 750 milhões com a nova negociação. Nas previsões mais otimistas da Odebrecht, o melhor cenário seria fazer a oferta pública inicial (IPO) da empresa, para capitalizar o negócio, ampliar a produção e resolver a dívida.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 03/03/2020**

**Seção: Opinião**

**Autor: Daniel Rossi**

**Título: A transição para os carros elétricos e caminhões a gás**

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (CoP-25), em Madri, alertou para o fato de que as emissões de gases de efeito estufa continuam aumentando. Em 2019, houve crescimento de 0,6% em relação a 2018; no anterior, a taxa foi 2,1% maior do que em 2017. Até o final deste ano, os níveis de CO2 na atmosfera deverão atingir 37 bilhões de toneladas: um recorde histórico.

O setor de transporte é considerado um ponto chave nas discussões sobre o futuro sustentável do planeta. Nos grandes centros urbanos, a substituição das frotas de veículos leves pelos carros elétricos é uma tendência inexorável. Países como França, Reino Unido, Noruega, Índia e China anunciaram prazo para encerrar a venda de carros novos a diesel e gasolina, e já existem projetos de lei a respeito circulando no Senado, como o PLS 304/2017 e o PLS 454/2017.

O biometano pode fazer o Brasil repetir no mercado de veículos pesados o sucesso que obteve com o etanol

O carro elétrico oferece diversas vantagens para os centros urbanos, como melhor qualidade do ar e redução da poluição sonora. Mas, por si só, não garante benefícios ambientais. Se a energia para abastecê-los for gerada a partir de fontes fósseis, o impacto sobre as reduções de emissão pode ser nulo. Caso o Brasil substituísse toda sua frota atual por veículos elétricos, seria necessária uma expansão de 21% de nosso sistema elétrico. Se apenas 10% da frota nacional fosse substituída, haveria necessidade de expansão do sistema em cerca de 1,4 GW médio - energia que precisa vir de fontes renováveis, em projetos de baixo impacto ambiental, para que a transição energética faça sentido.



Mas, no caso das frotas pesadas, a eletrificação esbarra na baixa autonomia dos veículos e alto tempo de recarga, uma vez que não contamos com uma ampla rede de postos de recarga ultrarrápida no Brasil. Em países que dependem majoritariamente do modal rodoviário para suas operações logísticas, como o Brasil, há necessidade de soluções que levem em conta as características e disparidades territoriais.

Com a estruturação do Novo Mercado de Gás, a expectativa é de que os combustíveis gasosos se configurem em alternativa economicamente viável. Estima-se que as emissões de CO<sub>2</sub> em veículos a GNV sejam cerca de 20% menores do que em veículos a diesel. Além disso, um estudo do Centro de Pesquisa de Inovação de Gás (RCGI/USP) aponta que, no Estado de São Paulo, a substituição do diesel por gás natural no transporte de cargas resultaria em benefícios ambientais significativos. A emissão de materiais particulados seria reduzida em até 88% e a dos óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>), diminuindo a poluição atmosférica.

O Brasil tem tido um papel de protagonista nesse processo de transição para fontes energéticas mais limpas e renováveis. Foi pioneiro, há 40 anos, na tecnologia do carro movido a etanol, um orgulho nacional. Desenvolvida no âmbito do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), de 1975, essa tecnologia foi uma resposta à crise do petróleo de 1973, que tornou a gasolina cara e escassa. De lá para cá, o país desenvolveu várias iniciativas que priorizam a produção de biocombustíveis. Nenhuma outra nação tem uma matriz energética com tamanha flexibilidade.

No interior do Brasil, há muitas alternativas promissoras sendo estruturadas. O biometano, equivalente “verde” do gás natural, pode substituí-lo perfeitamente nos mais diversos usos e aplicações, com redução quase total - de até 95% - das emissões de CO<sub>2</sub> se comparada ao óleo diesel. Obtido a partir do aproveitamento de resíduos agroindustriais, e considerando-se a pujança do setor sucroalcooleiro e do agronegócio nacional, esse biocombustível tem alto potencial de produção: cerca de 70 milhões de m<sup>3</sup> por dia, segundo a Associação Brasileira de Biogás (ABiogás). A título de comparação, o consumo de gás natural no Brasil em 2018, considerando-se todas as suas aplicações, foi de cerca de 63 milhões de m<sup>3</sup> por dia.

O biometano oriundo de vinhaça vem sendo chamado de “pré-sal do agronegócio”. Esse resíduo é o principal efluente em usinas de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Para cada litro de combustível, são gerados, em média, 12 litros de vinhaça. Em 2019, o Brasil produziu cerca de 30 bilhões de litros de etanol oriundo de cultura canavieira, disponibilizando assim mais de 360 bilhões de litros de vinhaça - que pode ser usada para fertirrigação e para a produção de biometano. Há grande probabilidade de que o biometano seja



mais competitivo que o gás natural e o óleo diesel. Dessa forma, sua presença no mercado será complementar aos combustíveis fósseis.

A penetração dos gasodutos ainda é restrita no interior do país, dificultando a chegada do gás natural ao ponto de consumo. O biometano, por sua vez, pode ser feito de maneira distribuída, aproveitando insumos disponíveis em diferentes propriedades rurais, em sistemas de parcerias. Ambos os combustíveis - gás natural e biometano - podem ser estruturados em redes complementares, garantindo insumos para uma frota a gás ao longo das principais rotas de transporte de cargas.

O Brasil vem avançando continuamente em sua política de transição energética. A Portaria 419/19, que regulamenta o mercado dos Créditos de Descarbonização (CBIOS), é um mecanismo de estímulo exemplar, desenvolvido dentro da Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio, - uma das principais frentes de atuação do Brasil para atender às metas do Acordo de Paris. O país se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030.

O biometano pode fazer o Brasil repetir no mercado de veículos pesados o sucesso que obteve com o etanol no caso de automóveis leves. Além disso, alinhará o mercado de combustíveis brasileiro às principais tendências econômicas mundiais, como a descentralização e a descarbonização, que unidas à digitalização, vêm transformando a forma de produzir e consumir produtos e viabilizando práticas mais sustentáveis.

**Daniel Rossi é CEO da Zeg, uma empresa do Grupo Capitale Energia.**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 03/03/2020**

**Seção: Política**

**Autor: Raphael Di Cunto — De Brasília**

**Título: Senado analisa MP que muda regras de crédito agrário**

A Câmara dos Deputados e o Senado pautaram para esta semana quatro projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/Ello) para o **Valor Política**.

Os senadores analisarão a medida provisória (MP) que modifica regras para concessão de crédito agrário, votada na Câmara há duas semanas. O projeto, por exemplo, permite que bancos privados possam receber subsídios do Tesouro Nacional para concessão de financiamentos rurais, acabando com a exclusividade dos bancos públicos nesse setor.

Já os deputados poderão votar três projetos com alta chance de aprovação: mudanças na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), com regras para o fim de barragens de alteamento, como a que se rompeu em Brumadinho (MG); a MP que cria um fundo para gestão das multas ambientais; e o projeto que permite a securitização da dívida da União, Estados e municípios.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou 41 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

**O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 03/03/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor:**

**Título: Destaques**

## **Minério de ferro sobe**

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em forte recuperação no mercado transoceânico, acompanhando a onda de otimismo dos investidores após diferentes bancos centrais indicarem que vão recorrer a medidas de estímulo monetário para mitigar o efeito negativo do coronavírus. Segundo informações de mercado, a tonelada do minério com 62% de pureza avançou 5,9% ontem no porto chinês de Qingdao, a US\$ 88,93. Essa é a maior alta diária no ano. Em 2020, contudo, a commodity ainda acumula baixa de 3,5%. Os preços da matéria-prima do aço iniciaram o ano com valorização, apesar da expectativa de desequilíbrio entre oferta e demanda diante da normalização das operações da Vale e menor consumo chinês. Eventos climáticos adversos atrapalharam os embarques a partir do Brasil e da Austrália, o que contribuiu para a sustentação das cotações, até que a epidemia de Covid-19 levou as commodities de volta ao terreno negativo.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 03/03/2020****Seção: Espaço Aberto****Autor: Paulo Hartung****Título: Tecnologia brasileira para mudar o mundo**

Enquanto alguns negam as mudanças climáticas, muitos optam por trilhar um caminho de criação de valor e investem para ser parte da solução desse desafio global. Nesse caminho, o Brasil tem, dentro de casa, tecnologia, conhecimento e recursos naturais para ser protagonista da bioeconomia.

São empresas que podem mudar o status do País na engrenagem econômica mundial, com um portfólio inovador de fontes renováveis, como a cana-de-açúcar ou as árvores cultivadas, que ajudarão a reduzir as emissões e a diminuir impactos ambientais.

Entre as inovações brasileiras que podem mover um novo mundo, podemos citar a transição energética, de uma economia baseada em combustíveis fósseis para a energia renovável. O País é líder nessa tecnologia e já está fazendo mais, desenvolvendo biocombustíveis produzidos a partir de biomassa renovável, com grande potencial para substituir boa parcela de derivados de petróleo.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), cerca de 45% da energia e 18% dos combustíveis consumidos no Brasil já são renováveis. No resto do mundo, 86% da energia vem de fontes fósseis. Pioneiro no uso de biocombustíveis, o Brasil alcançou uma posição almejada por muitos países. Já a energia gerada pela biomassa responde por 6% da matriz nacional, o que coloca o País mais uma vez na vanguarda mundial. Em comparação com os combustíveis fósseis, a biomassa gera menos emissões de gases de efeito estufa.

Temos também o etanol, o biocombustível de base florestal e o etanol de segunda geração que a Raízen já materializou, tornando-se uma das poucas plantas do mundo a produzi-lo estavelmente em escala comercial, em Piracicaba (SP).

Chamado de etanol 2G, este é um combustível obtido pela fermentação controlada e posterior destilação de resíduos vegetais, como o bagaço da cana-de-açúcar. Esse novo processo de produção de etanol consegue reduzir a formação de dejetos e aumenta a eficiência da empresa.

A Suzano, a maior empresa de celulose de mercado do mundo, em seu recém-apresentado plano de longo prazo fala numa arrojada expansão de negócios, com atuação em bio-óleos, biocombustíveis e bioquímicos. O movimento é de oferecer substitutos de parte dos derivados de petróleo por celulose em

materiais compostos, os chamados compósitos. Além disso, quer aumentar em 50% a venda de energia para o sistema nacional, produzida, entre outras fontes, pela queima do licor negro, aproveitando esse subproduto da indústria de papel e celulose.

O setor de árvores cultivadas brasileiro, por sinal, é um segmento que soma positivamente para o enfrentamento das questões climáticas. Só a área cultivada de pinus, eucalipto e outras culturas no Brasil estoca um volume de CO<sub>2</sub>eq superior ao que o País emite num ano.

O potencial de transformação por meio da biotecnologia faz das fibras de base florestal o insumo do futuro. Um grande passo é a substituição do poliéster, de fonte fóssil, por fibras têxteis de celulose, como a viscose, e novas tecnologias como a celulose microfibrilada (MFC). A Suzano vê aí um mercado potencial de US\$ 9 bilhões por ano.

Esses são exemplos de setores que rompem com um histórico papel brasileiro de exportar produtos com pouco valor agregado e importar tecnologia. São inovações que podem colocar o Brasil e o mundo em outro patamar.

Para a concretização e ampliação desses projetos serão fundamentais políticas econômicas e ambientais efetivas, como o mercado de carbono. A criação desse mercado, em caráter global, é uma das premissas do Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário.

Além dessa negociação, vários países e Estados estão implementando alguma forma de precificação de carbono, incluindo a União Europeia, a China, e o estado norte-americano da Califórnia. Essas iniciativas movimentaram US\$ 82 bilhões em 2018. No Brasil existe um estudo em andamento, PMR - Partnership for Market Readiness, uma parceria entre o Ministério da Economia e o Banco Mundial.

Ponto de atenção é a criação de taxa de ajuste de fronteira (carbon adjustment taxes), uma espécie de barreira financeira na importação para produtos de países que não têm metas de redução de emissão. A Europa já sinalizou querer seguir por esse caminho.

Essas discussões e a busca por redução das emissões de gases de efeito estufa devem ter impacto direto para o Brasil. E vale notar que até mesmo empresas de finanças estão aderindo ao movimento, como a BlackRock, que anunciou compromisso de descarbonização.

Consumidores estão mudando hábitos, nações se mobilizam, o mundo corporativo vem se transformando. Este é o momento para o Brasil assumir seu papel de liderança nessa nova fronteira. Que as políticas públicas nacionais e os

nossos acordos internacionais façam deste um tempo de oportunidades, e não de riscos e atrasos. A vanguarda produtiva mantém essencial e forte conexão com a sustentabilidade. Por potencialidades e experiências concretas, nosso lugar é na dianteira, ajudando a definir os padrões de uma nova revolução industrial, a bioeconomia.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 03/03/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:**

**Título:** Com R\$ 2 bi, Votorantim e fundo investem em eólicas

### Coluna do broadcast

A Votorantim Energia (VE), em joint venture com o fundo canadense CPP Investments, fechou acordo com a Votorantim Cimento e com a CBA para investir R\$ 2 bilhões na expansão do Complexos Ventos do Piauí e Ventos do Araripe, criando o maior cluster de energia eólica do Brasil com 1 mil MW de capacidade instalada. Ambos estão localizados na região da Serra do Inácio, entre os Estados do Piauí e Pernambuco. As obras estão previstas para começar em janeiro de 2021, com início das operações em meados de 2022. A CBA e a Votorantim Cimentos vão deter, cada uma, 50% das duas SPE (sociedades de propósito específicos) que serão criadas para gerenciar os novos parques eólicos. Os outros 50%, em cada uma das SPEs, serão detidos pela joint venture entre a VE e a CPP.

» Objetivo duplo. A parceria é mais um movimento na retomada dos investimentos de grandes indústrias brasileiras em autoprodução de energia para tentar diminuir o valor da conta de luz e reduzir a pegada de carbono dos seus negócios.

» Retorno. Com um faturamento de R\$ 3,1 bilhões no acumulado de 2019 até setembro, a Votorantim Energia segue a sua rota de crescimento no setor elétrico brasileiro após o retorno do Grupo Votorantim ao mercado. A companhia, uma das principais investidoras durante as privatizações nos anos de 90, tem planos de crescer no segmento de geração renovável (eólica, solar e PCH) e estuda ingressar no setor de transmissão.

» Verdinho. A Movida vai zerar as emissões de carbono dos carros locados via aplicativo, por meio do plantio de árvores. Somada ao volume de árvores plantadas em função dos clientes que já optam por participar do programa Carbon Free em outros canais de contratação, o impacto deverá ser cinco vezes

maior que o plantio realizado pela Movida em 2019. Atualmente, por mês, os motoristas que alugam pelo aplicativo rodam mais 5 milhões de quilômetros por mês. Com esse movimento, espera-se plantar cerca de 72 mil árvores por ano, que neutralizarão um volume superior a 10 mil toneladas de carbono da atmosfera.

» Corredor verde. O programa Carbon Free da locadora completou dez anos em 2019. Nesse período, foram plantadas 54.136 árvores que neutralizaram mais de 8 mil toneladas de CO<sub>2</sub>. Só no ano passado, em parceria com a Black Jaguar, a locadora plantou 18 mil árvores no Corredor de Biodiversidade do Araguaia, região do cerrado nordestino, em Santana do Araguaia (PA).

» Afago. O BV, antigo Banco Votorantim, mudou a estratégia de remuneração variável dos cerca de 4 mil funcionários para garantir a retenção de seus clientes. A partir deste ano, 20% dos bônus vão depender do Net Promoter Score, metodologia que mede a satisfação do cliente e sua probabilidade de indicar a empresa a conhecidos.

WELLINGTON BAHNEMANN, CYNTHIA DECLOEDT E ANDRÉ VIEIRA

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 03/03/2020

**Seção:** Opinião

**Autor:** Cristina Serra

**Título:** Ignorância e cumplicidade

Brasília Quantos brasileiros sabem quem são os macuxis, uapixanas, taurepangs, ingaricós, patamonas, oiampis, guajajaras, caiapós, mundurucus, guaranis, caiovás, ianomâmis, uaimiri-atroaris ? Com exceção de estudiosos, ONGs e das próprias etnias, diria que pouquíssimos. A invisibilidade dos povos indígenas brasileiros acentua sua vulnerabilidade.

Vejamos dois exemplos recentes. O deputado estadual de Roraima Jefferson Alves (PTB) quebrou a corrente que impede o trânsito noturno de caminhões pela BR-174 (que liga Manaus a Boa Vista) no trecho que passa pela terra indígena dos uaimiri-atroaris. Essa etnia quase foi extinta nos anos 1970, quando da abertura da estrada e da construção da hidrelétrica de Balbina. A muito custo, teve seu território homologado no governo Sarney e conseguiu se recuperar. Uma ação na Justiça discute o controle noturno da estrada. Mas, no clima de vale-tudo que impera no Brasil, o deputado achou por bem fazer “justiça” com as próprias mãos.

Também em Roraima, registra-se a primeira invasão garimpeira de larga escala na reserva Raposa-Serra do Sol desde sua homologação, no governo Lula. As

oligarquias locais nunca se conformaram com isso. Na época, o então governador, Ottomar Pinto, decretou luto oficial de sete dias em protesto. Dois senadores entraram com ação no STF questionando a demarcação, que foi confirmada em 2009 e todos os não índios tiveram que se retirar da reserva.

Eis que agora o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) sentiu-se à vontade para gravar um vídeo num garimpo ilegal de ouro, dizendo tratar-se de um “trabalho fabuloso”, que deve ser regulamentado pelo Congresso. Refere-se, claro, ao projeto do presidente Bolsonaro que libera mineração e outras atividades em área indígena. Se o próprio governo, embotado pelo véu da ignorância, trata os povos indígenas como obstáculo ao desenvolvimento, quem os protegerá? Sociedade passiva é sociedade cúmplice.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 03/03/2020

**Seção:** Especial

**Autor:** Marina Dias

**Título:** Alemã de 19 anos é aclamada pela direita como a anti-Greta'

Jovem diz que alarmismo climático é desprezível em evento conservador nos EUA

Washington “O alarmismo das mudanças climáticas é, em sua essência, uma ideologia desprezível e anti-humana. Somos orientados a menosprezar nossas realizações com culpa, vergonha e nojo, sem nem mesmo levar em conta os vários benefícios que tivemos com o uso de combustíveis fósseis como principal fonte de energia.”

Aclamada pelos céticos do clima como a resposta conservadora à ativista Greta Thunberg, Naomi Seibt deu seu recado na sexta (28) durante a CPAC (Conferência de Ação Política Conservadora), evento da direita americana realizado perto de Washington.

Aos 19 anos, a jovem alemã falou em um painel patrocinado pelo Heartland Institute, centro de estudos que defende o livre mercado e é financiado por empresas de carvão e combustíveis fósseis.

Diante de uma plateia de 50 pessoas, Seibt seguiu à risca o roteiro dos que refutam o consenso científico de que as mudanças no clima vão transformar o mundo em que vivemos hoje. Disse que é preciso acabar com o que chamou de “alarmismo climático” e, apesar de negar ser uma negacionista do clima, disse ser “ridículo” associar emissões de gases como o CO2 pelos seres humanos ao impacto no clima.



Para a jovem, o objetivo dos cientistas que estudam as mudanças climáticas é “envergonhar a humanidade.”

“Fui doutrinada na escola para ser uma alarmista climática, mas fui inspirada por pessoas que encontrei online e cientistas a pensar mais. A propaganda sobre mudança climática é associada a políticas que querem nos impor. Eles nos levarão à pobreza energética, que é uma maneira de nos controlarem”, afirmou.

Seibt foi contratada pelo Heartland no fim do ano passado e, segundo o instituto, seu trabalho é “comunicar o realismo climático para sua geração, envolta em absurdos apocalípticos a vida inteira, na Europa e nos EUA”.

“Ao contrário da jovem comunicadora climática favorita da mídia global, Greta Thunberg, Naomi Seibt não quer que você entre em pânico. Ela quer que você pense, como ela fez para se libertar da doutrina alarmista climática”, diz o Heartland.

A jovem aparece em um dos vídeos de divulgação do instituto dizendo que o mundo “não está acabando por causa da mudança climática.”

“Na verdade, daqui a 12 anos, estaremos por aqui tirando fotos no nosso iPhone 18S.”

Analistas discutem até que ponto a equivalência entre Seibt e Greta é autêntica e não uma campanha para distrair as atenções do debate sobre mudanças climáticas.

A figura de Greta viralizou em 2019 após a adolescente sueca promover protestos de jovens pelo mundo reivindicando cortes mais profundos nas emissões de carbono.

A direita conservadora, por sua vez, começou a atacar a ativista e inaugura um novo capítulo da disputa com liberais na seara do clima trazendo a jovem alemã a público.

Na visão dos críticos, porém, Seibt aparece como promoção paga por uma empresa que tem interesses específicos sobre o assunto e não de forma orgânica como teria despontado Greta.

Nascida em Munster, Seibt tem 68,6 mil inscritos no canal de YouTube que inaugurou em maio de 2019.

Ali posta vídeos que, além de mudanças climáticas, falam contra o feminismo, políticas de imigração e “a mídia tradicional” —retórica ecoada por conservadores americanos e pelo presidente Donald Trump. Não por acaso o

palco para a estreia da alemã nos EUA foi o tradicional evento conservador que, neste ano, contou com os holofotes para a participação de Trump, no sábado (29), quando também falou o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Após sua exposição na sexta, Seibt foi questionada sobre posições antissemitas e de apoio à supremacia branca.

Jornalistas perguntaram se ela ainda considerava o youtuber canadense Stefan Molyneux “uma inspiração” —o jovem é descrito como “suposto líder de culto que amplia o racismo científico, a eugenia e a supremacia branca” pelo Southern Poverty Law Center, que monitora o extremismo e a supremacia branca. A alemã respondeu que sim.

Segundo Molyneux, a Polônia era “pacífica, livre, fácil, civilizada e segura” porque era “essencialmente um país totalmente branco.” Para Seibt, as declarações do canadense foram “tiradas de contexto”.

Ela também foi questionada a respeito de comentários que fez após ataque a uma sinagoga na cidade de Halle, na Alemanha, que deixou dois mortos. Na ocasião, disse que os judeus estavam “no topo” do grupo dos que se sentem oprimidos e que “alemães comuns” estavam no final da fila.

A jovem negou que seja antissemita e disse: “É ridículo como a mídia escolhe as coisas que eu falo.”

Em novembro do ano passado, Seibt participou de um evento realizado em Munique em um centro de estudos ligado ao AfD, partido de extrema direita alemão que milita contra a imigração, o Islã e a União Europeia.

Foi quando conheceu um dos diretores do Heartland. Fundado em 1984, o instituto com sede em Chicago diz ter 5.500 doadores anônimos que financiam suas atividades.

Um deles é a família de Rebekah Mercer, que contribuiu com a campanha de Donald Trump em 2016. Ela foi afastada do conselho do Museu de História Natural de Nova York depois que veio à tona a informação de que havia doado US\$ 7,5 milhões ao instituto que nega a ciência e é acusado de lançar uma campanha para combater os esforços da Alemanha de regular as emissões de CO2.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 03/03/2020****Seção: Especial****Autor: Ana Carolina Amaral****Título: Brasil fica isolado em reunião da ONU sobre biodiversidade**

São Paulo A diplomacia brasileira estaria trabalhando para frear o progresso das negociações de um novo acordo global pela conservação da biodiversidade, segundo diplomatas de diversas nacionalidades ouvidos pela Folha.

Os países têm até outubro —quando acontece a COP-15 da biodiversidade, na China— para chegar a um novo plano global, já que o atual, assinado em 2011, termina neste ano. Os objetivos são conservar áreas protegidas, evitar extinção de espécies e promover uso sustentável dos recursos naturais, com apoio financeiro aos detentores de grandes reservas ambientais.

O primeiro rascunho do documento apareceu na última semana, em negociação que foi até o sábado (29) com diplomatas de 140 países reunidos em Roma. O Brasil, um dos maiores detentores da biodiversidade do mundo, não parece interessado em um acordo global.

Segundo negociadores, o país teria se recusado a discutir questões técnicas e optado por trazer discussões que não estavam em negociação, usando linguagem agressiva e propostas absurdas, que chegaram a ser respondidas com risadas.

Diplomatas de três países de diferentes regiões e dois representantes de ONGs internacionais que acompanharam as negociações na condição de observadores falaram sob a condição de anonimato.

Em todos os relatos, a atuação brasileira foi descrita como uma clara estratégia de distração, com constante desvio de atenção para questões que não estavam na mesa.

A radicalização dessa postura afastou países que costumavam ser representados pelos pronunciamentos brasileiros, como a Argentina, países africanos e grandes detentores de florestas.

Os depoimentos também apontam falta de embasamento técnico e linguagem agressiva como motivos para o isolamento do Brasil.

A representação brasileira chegou a gerar risos em uma reunião ao insinuar que a biopirataria seria a principal ameaça das áreas protegidas —apesar dos dados sobre desmatamento.

O ministro Leonardo de Athayde também foi duramente criticado por causar confusão ao levar para a mesa questões da negociação de mudanças climáticas, que não caberiam no acordo de biodiversidade. Athayde é negociador-chefe do Brasil nos dois temas. Segundo o Itamaraty, a estratégia brasileira tem como objetivo conseguir mais recursos financeiros para a conservação.

“Historicamente, o pilar de distribuição de benefícios tem sido negligenciado”, diz nota do Itamaraty. “O objetivo é fazer que se caminhe para maior efetivação desse pilar, o que poderia assegurar recursos e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento”.

No entanto, os pares internacionais têm outras interpretações sobre a conduta diplomática do Brasil, vista como um sinal de pouco comprometimento com a conservação da biodiversidade.

Na opinião de um dos negociadores de um país desenvolvido, a estratégia do Brasil seria pragmática e econômica. O país visaria, no curto prazo, evitar mais condicionantes ambientais para acordos comerciais.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Data: 03/03/2020**

**Seção: Especial**

**Autor: Nicola Pamplona**

**Título: Navio encalhado no MA está estável, diz Ibama**

Rio de Janeiro A Marinha informou nesta segunda (2) que o navio Stellar Banner, que está encalhado há uma semana no litoral do Maranhão, está estável e não apresenta vazamento de óleo nem de minério. Sua dona, a sul-coreana Polaris Shipping, disse que quer acelerar o processo de retirada do óleo dos tanques.

A embarcação é contratada pela Vale e foi levada a encalhe por seu comandante para evitar o naufrágio devido a avarias no casco na última segunda (24), quando estava a caminho da China. Ele carrega em seus tanques 3,6 mil toneladas de óleo e 295 mil toneladas de minério de ferro.

Nesta segunda, mergulhadores contratados pela Polaris iniciaram a avaliação dos danos, mas o resultado do trabalho não foi divulgado.

Eles tentaram mergulhar no domingo (1°), mas a missão foi interrompida devido à forte correnteza.

Em nota, a Polaris disse que as análises indicam que o peso da embarcação está bem distribuído no banco de areia, sem pontos de estresse no casco e que o risco de novos vazamentos está mitigado. Na sexta (28), foi detectada uma mancha de óleo de cerca de 800 metros quadrados em volta do navio.

O Ibama estimou em 333 litros o volume vazado. A Polaris disse que se tratava de “óleo morto”, que estava no convés. A mancha foi dispersada com a ajuda da chuva e de barcos que estão prestando apoio à emergência. O Ibama fez sobrevoos nesta segunda e, assim como a Marinha, não viu sinais de poluição.

Uma proposta para a retirada do óleo já foi entregue à Marinha e será realizada “nas próximas semanas”, afirmou a empresa. Essa operação consiste em transferir para barcas os volumes que estão nos tanques do navio, eliminando de vez o risco de vazamentos durante as outras etapas do resgate.

“Uma vez que a primeira fase do plano seja executada com sucesso, concentraremos nosso esforço na operação de resgate da embarcação”, afirmou a companhia. O navio tem 340 metros de comprimento, o equivalente a dez campos de futebol, e 55 metros de largura.

O Stellar Banner tocou o fundo do mar quando deixava o terminal da Ponta da Madeira, no Maranhão, rumo ao porto chinês de Qingdao. Ao perceber a entrada de água em seus tanques, o comandante levou a embarcação para um banco de areia.

A Marinha instaurou inquérito para apurar as causas do acidente, que ocorreu em uma área onde a prática é facultativa —isto é, o comandante pode optar por navegar com ou sem os práticos que conduzem embarcações em regiões mais próximas aos portos.

Um gabinete de crise, que conta também com a participação do Ibama e da Polícia Federal, vem se reunindo diariamente para acompanhar a situação.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 03/03/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Banco investe em energia solar

Cerca de 300 agências do Banco Itaú em Minas já são abastecidas por energia solar. O banco passou a injetar 7MW na rede da concessionária da Cemig.

**MME / ASCOM .**